

Estudos Eleitorais

TSE - V.2-N. 1, jan./abr. 1998

A visão totalitária da representação política

Antônio Paim

Professor da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da PUC, e da Universidade Gama Filho, e autor, entre outras obras, de *História das idéias filosóficas no Brasil* (São Paulo, Convívio, 1987), *O estudo do pensamento filosófico brasileiro* (Rio, Tempo Brasileiro, 1979), *A querela do estatismo* (Brasília, Senado Federal, 1998).

1 – De onde provém e como deve ser entendida a idéia de ditadura burguesa

O governo representativo em seu ciclo inicial (que abrange da Revolução Gloriosa de 1688 aos meados do século XVIII) baseava-se no entendimento de que a representação deveria circunscrever-se a determinadas camadas sociais. Semelhante disposição não resultava de nenhuma espécie de preconceito mas de uma dura experiência histórica. A luta contra a Monarquia absoluta havia provado que, para opor-se à máquina estatal vigente, era imprescindível dispor de posses, tendo em vista a espécie de resistência com que se defrontavam. Os partidários do sistema representativo, na Inglaterra, enfrentaram guerras civis, exílios, condenações à morte, confisco de propriedade, enfim, tratou-se de uma luta de vida ou de morte. Para a elite daquele tempo era impensável que pessoas humildes tivessem condição de enfrentar o poder instituído. E, assim, em seu primeiro século de existência, o governo representativo, na solitária Inglaterra, estava em mãos da elite proprietária rural.

Alguns acontecimentos dos fins do século contribuíram para matizar esse quadro. Temos em vista a Revolução Industrial (concluída na Inglaterra entre 1760 e 1830) que promoveu uma nova elite, a chamada burguesia industrial. Esta, embora proprietária, não dispunha da prerrogativa de fazer-se representar. Em segundo lugar, a Revolução Americana, que dissociou o governo representativo da Monarquia constitucional, porquanto veio a ser estruturado nos Estados Unidos na ausência de sistema

monárquico. Ao mesmo tempo, entretanto, os acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa vieram reforçar a convicção de que a representação deveria ser limitada. Embora hoje só se veja naquela revolução o seu aspecto heróico, para os contemporâneos significou, de modo primordial, a completa desmoralização de qualquer ideal democrático. Numa palavra, vivificou-se o entendimento de que a participação do elemento popular no processo político levava inexoravelmente à anarquia e à instabilidade. Não por outra coisa acabou na instauração do Império que, embora com novo nome e inaugurando uma nova dinastia, não deixava de ser uma espécie de restauração monárquica. *Tanto sangue derramado para acabar no mesmo*, deveria resmungar a maioria decepcionada.

A grande reforma do sistema político inglês, efetivada em 1832, incorporou à direção do Estado as novas camadas proprietárias resultantes da Revolução Industrial, mantendo, entretanto, as limitações ao direito de voto. De todos os modos, o eleitorado expandiu-se de 220 mil para 670 mil.

O primeiro grande movimento contra o sistema resultante da Reforma de 32 seria o chamado *cartismo*, denominação que foi atribuída ao movimento dos chamados *radicais*. Estes entendiam que, assim como os barões conquistaram a Carta Magna, era imprescindível conquistar a Carta das Liberdades do Povo. Eram estes os pontos reivindicados: 1) sufrágio universal; 2) voto secreto; 3) eleições anuais; 4) supressão da exigência de renda e, 5) remuneração aos deputados. No fim da década de quarenta o cartismo já havia perdido o seu ímpeto inicial. Tratava-se, como se vê, de alçar a bandeira do ideal democrático. Essa bandeira acabaria sendo encampada pelos liberais, dando origem ao que se convencionou denominar de *processo de democratização da idéia liberal*. Mas em franca contraposição a argumentação doutrinária do cartismo. Esta partia de uma idéia abstrata de homem e cidadão, enquanto os liberais levavam em conta que os indivíduos concretos moviam-se por interesses definidos. Supunham, ainda, que as camadas populares não defendiam interesses próprios, podendo prestar-se a manobras em prol da restauração dos poderes da Monarquia. Os acontecimentos da França do início da segunda metade do século davam-lhes razão porquanto, ali, tanto a restauração monárquica como o reforço de seus poderes estavam sendo referendados em eleições plebiscitárias.

Os liberais foram convertidos ao ideal democrático graças à obra de Tocqueville (1805-1859) e também à concreta experiência histórica que levou o grande estadista inglês, William Gladstone (1809-1898), a convencer-se dessa possibilidade e trabalhar em prol da sua realização. O *tradeunionismo* inglês tornava cada vez mais patente, para a liderança liberal, que os trabalhadores industriais configuravam uma esfera de interesses perfeitamente determinada. Assim, através de reformas sucessivas, levam a cabo a ampliação da representação das cidades (1866); a introdução do voto secreto (1872); e a uniformidade do sistema eleitoral com distritos de importância análoga, cada um elegendo um deputado (1884), eliminada a exigência de renda. O corpo eleitoral alcança, na Inglaterra, a cifra recorde de 4 milhões de eleitores. De tudo isto resulta que a denominação de *ditadura burguesa*, dos tempos do cartismo, para estigmatizar o sistema eleitoral censitário, perde completamente o sentido. Os partidos socialistas do Ocidente nascem vinculados à luta pelo sufrágio universal e são os seus grandes beneficiários. Nas eleições de 1890, na Alemanha, o Partido Social Democrata obtém 20% dos sufrágios. Na última eleição antes da Primeira Guerra, o PSD alcança 4 milhões de votos e já detém um terço do Parlamento. Com a derrota alemã e o fim da Monarquia, a socialdemocracia torna-se a maior força política, sendo de sua responsabilidade a estruturação da República de Weimar, que dura até a subida de Hitler ao poder (1933).

Também na Inglaterra os socialistas formaram grandes bancadas parlamentares, achando-se o Partido Trabalhista em condições de participar do governo em 1924. Ali, onde os partidos socialistas estiveram vinculados ao movimento sindical, experimentaram idêntica trajetória. Somente nos países europeus em que se constituíram como agremiações de intelectuais é que permaneceram na situação de minoria.

Do que precede verifica-se que, na Europa Ocidental, o movimento socialista floresce em plena sintonia com o sufrágio universal. Torna-se, sucessivamente, um dos sustentáculos do sistema representativo.

2. Como Lenine expressa a visão russa da questão

Vladmir Ilitch Ulianov (1870-1924) era de família nobre e passou a usar o nome de Lenine durante a luta contra o czarismo. Ingressou jovem

nas fileiras da socialdemocracia. Na Rússia, esse movimento seguiu curso autônomo, inteiramente diferenciado daquele caracterizado precedentemente. Tenha-se presente que os partidos comunistas, formados no Ocidente após a tomada do poder pelos bolchevistas russos, representavam na verdade um prolongamento da política exterior soviética e não o desdobramento natural do socialismo. É certo que este não se limitava à facção democrática a que nos referimos. Mas o único segmento diferenciado que chegou a alcançar alguma expressão seria o anarquismo. Este exerceu grande influência no curso histórico da Espanha e contribuiu, decisivamente, para levar o franquismo ao poder na medida em que virtualmente impediu o funcionamento da democracia. Também o fascismo de Mussolini teve proveniência socialista, não se devendo esquecer que o movimento hitlerista chamava-se nacional-socialismo. Ainda assim, é discutível se aquilo a que Roque Spencer Maciel de Barros denominou de *fenômeno totalitário* está preferentemente ligado ao socialismo ou decorre, como acredita aquele autor, da própria natureza humana.

Numa primeira aproximação poder-se-ia dizer que a interpretação leninista do marxismo resultou diretamente das particulares circunstâncias russas. Com efeito, ali nunca chegou a existir Estado Liberal de Direito. A Monarquia era absoluta e apenas durante uns poucos anos, anteriores à Primeira Guerra Mundial, funcionou uma entidade parecida aos parlamentos ocidentais, denominada de Duma, mas que na verdade estava longe de caracterizar uma Monarquia constitucional. Na Rússia, o Czar continuou a exercer os seus poderes despóticos tradicionais mesmo na curta fase de funcionamento da Duma. Contudo, não era obrigatório, em pleno século vinte, quando a atividade parlamentar dos socialistas, em vários países europeus, decorria de modo plenamente bem-sucedido, resuscitar a superada idéia de *ditadura burguesa*. Lenine não só empreendeu essa proeza como modificou profundamente o marxismo ao admitir a possibilidade do socialismo num único país. O esquema marxista envolvia a Europa (Occidental) como um todo e não excluía, de modo algum, a transição do capitalismo ao socialismo preservadas as instituições do sistema representativo. Justamente essa circunstância é que permitiu a

liderança socialista alemã, que era marxista, a empreender diretamente o caminho parlamentar. Ainda mais: quando a derrota da Rússia na Primeira Guerra levou ao fim da Monarquia, surgiram alguns partidos perfeitamente afeiçoados ao sistema representativo e que conduziram, com relativo êxito, o processo de estruturação das instituições decorrentes (governo parlamentar, normal funcionamento dos partidos políticos, organização de imprensa livre, etc.), em que pese a ferrenha oposição dos comunistas. Realizaram com sucesso eleições para a Assembléia Constituinte, que os bolchevistas, então no poder, sequer tiveram força para impedir. A fim de avaliar as reais possibilidades de ter continuidade aquela experiência democrática, basta dizer que compareceram às urnas, no pleito para a Constituinte, nada menos que 36,3 milhões de eleitores. O grande vitorioso da eleição foi o Partido Social Revolucionário (58% dos votos e maioria na assembléia), que logo adiante seria esmagado pelos bolchevistas, do mesmo modo que o partido de inclinação liberal – o Partido Constitucional Democrata, cuja sigla em russo dava a palavra *kadiet*. A Assembléia Constituinte instalou-se e elegeu como presidente um dirigente do partido majoritário (Social Revolucionário), que era forte sobretudo no campo. Nessa mesma sessão foi aprovada a reforma agrária. Os bolchevistas retiraram-se do recinto e, nesse mesmo dia, promulgaram um decreto dissolvendo-a. A responsabilidade pela recusa desse caminho democrático se deve a Lenine e sua *entourage*.

Sendo inquestionavelmente um totalitário, capaz de mandar fuzilar os oponentes tão logo se instalou no poder, Lenine nutria o maior menosprezo pelo sistema democrático representativo. Em sua visão, o Parlamento era uma farsa, a liberdade de imprensa um engodo e mesmo os sindicatos operários estariam a serviço do inimigo de classe. No livro *O Estado e a revolução* (1917) escreve coisas desse tipo: “Olhai para qualquer país parlamentar, da América à Suíça, da França à Inglaterra, à Noruega, etc. O verdadeiro trabalho do Estado faz-se nos bastidores, é executado pelos departamentos, pelas chancelarias, pelos estados maiores. Nos parlamentos apenas se parla, com a finalidade específica de enganar a gente simples”. Nesse tipo de arrazoado vê-se como o autor ignora solenemente o notável papel desempenhado pelo sistema representativo, ao

inaugurar a sistemática negociação entre os vários interesses, pondo fim, nos países que o adotaram, ao ciclo histórico de resolver o conflito pelas armas. A negociação que os partidos realizam no Parlamento parece-lhe uma *conversa mole* e, ainda mais, para *enganar o povo*. E quanto ao trabalho desenvolvido no âmbito do Executivo, apresenta-o como se fosse efetivado na calada da noite (aquele que se tornaria um dos ditadores mais sanguinários da história tinha naturalmente suas razões para desprezar – e impedir – o funcionamento da imprensa livre), omitindo ainda a circunstância de que o partido que obtém mandato para exercer o poder é submetido periodicamente à prova das urnas. Com mentalidade desse tipo, os comunistas lançaram-se à tarefa de constituir um novo sistema político, no fundo inserindo no aparelho estatal czarista novas instituições de fachada.

3. A experiência soviética: o processo de constituição do sistema cooptativo

A palavra *soviet* significa conselho. Em seguida à derrubada do czarismo, sobretudo na frente de batalha, constituíram-se *soviets* (conselhos) integrados por soldados e outros militares subalternos. Havia um cansaço da guerra e os soldados queriam que se firmasse a paz. Os comunistas logo começaram a trabalhar nas novas instituições, buscando ao mesmo tempo fazer com que entidades assemelhadas se estruturassem no campo e nas fábricas. Ora, o conselho não podia funcionar na base de assembleias permanentes acabando por constituir órgãos dirigentes. O processo de sua escolha naturalmente não obedecia a nenhuma sistemática passível de ser supervisionada. De sorte que os comunistas logo vislumbraram a possibilidade de congregar as organizações recém-surgidas e constituí-las como uma espécie de poder paralelo.

Foi justamente um congresso de todos os *soviets* que promoveu o golpe de estado destinado a acabar com o governo parlamentar. Os sociais revolucionários tinham representação nesse conjunto mas foram sucessivamente esmagados. O país viveu alguns anos de guerra civil e em muitos lugares os camponeses ficaram do lado da oposição ao golpe de estado. Lenine valeu-se da circunstância para liquidar, fisicamente, os

sociais revolucionários. Num de seus textos mais expressivos (*Discurso sobre o engano do povo com as palavras de ordem de liberdade e igualdade* – 1919) declara que, por se achar ligado a propriedade, o camponês é um inimigo potencial (antes de tomar o poder desenvolveu longamente a necessidade da aliança entre o proletariado e o campesinato como forma de assegurar a vitória num país como a Rússia onde os camponeses eram maioria). Para justificar o confisco de sua produção, diz que aderiram à especulação. Tratando-se agora de manter o poder a qualquer custo, dispensa-se francamente de toda preocupação em matéria de coerência doutrinária com o próprio amálgama eclético a que se deu o nome de marxismo-leninismo.

Ao mesmo tempo, buscou dar uma forma permanente aos *soviets*. A estes foi atribuída a função administrativa. Organizaram-se também duas câmaras com esse mesmo nome, funcionando, periodicamente, com base em deputados “eleitos” em pleitos onde o voto não era secreto e não se admitia nenhuma forma de oposição.

Os postos decisivos do novo sistema deveriam ser ocupados pelos respectivos dirigentes do Partido Comunista, em todos os níveis.

Tecnicamente o novo regime denominou-se de sistema cooptativo. Vale dizer: os cargos dirigentes são constituídos por cooptação. No império soviético, com população superior a duzentos milhões de habitantes, formou-se uma elite batizada de *nomenklatura* (denominação do documento onde aparecia o seu nome), integrada por setecentas mil pessoas, das quais somente um grupo bem mais reduzido detinha o poder. Além disso, os métodos adotados para a escolha daqueles que viriam a integrar esse grupo seletivo dependiam basicamente de relações pessoais e certezas de fidelidade. O próprio Gorbachov revelou que sua ascensão aos mais altos postos do Partido Comunista devera-se ao fato de que Andropov, o famoso chefe da KGB que o antecedeu no governo, frequentava, por questões de saúde, a região em que detinha uma função no comitê local, cabendo-lhe a tarefa de acompanhá-lo em suas constantes visitas. Graças a essa circunstância fortuita, Gorbachov foi alçado ao pequeno grupo detentor do poder. Andropov fora o artífice da reforma levada a cabo na Hungria, onde procedeu-se a abertura econômica (até com a participação

do capital estrangeiro) mantendo-se a hegemonia do PC. Tudo indica que essa era a tarefa de que deveria desincumbir-se Gorbachov, na qual terminou por despertar forças sociais que acabaram por se revelar capazes de liquidar a trágica experiência soviética.

Diversos estudos procuraram desvendar como um sistema verdadeiramente odioso, apoiado exclusivamente na força, conseguiu sobreviver por tanto tempo. A melhor análise seria devida a Hanah Arendt (1906-1975) que buscou explicar como os comunistas lograram, pelo terror, transformar o povo em massa amorfa, quebrando todos os laços de solidariedade entre as pessoas. O notável nessa descoberta consiste no fato de que sua derrocada começou, na Polônia, quando as pessoas trataram de reconstituir aqueles laços, num movimento justamente chamado de Solidariedade.

Do que precede torna-se patente que os comunistas precisam ser considerados como uma categoria à parte, na verdade sem maiores vínculos com o socialismo, que não só dispõe de inquestionável base moral como soube inserir-se na melhor tradição ocidental, a do respeito e exaltação da pessoa humana. O comunismo pertence à tradição despótica do Estado Patrimonial e Karl Wittfogel (1896-1988) assim o batizou em sua notável obra dedicada ao despotismo oriental. Além de não dispor de qualquer base moral – porquanto se louva da premissa de que “os fins justificam os meios”, quando são precisamente estes que configuram a moralidade das ações –, promoveu o mais completo aviltamento da pessoa humana.

Em síntese, o propósito dos comunistas é substituir o sistema representativo pelo cooptativo. As técnicas para alcançá-lo foram devidamente sistematizadas. Fidel Castro assimilou-as e as tem aplicado em Cuba (para seu sucesso pessoal, isto é, sustentar-se no poder), embora isto haja custado ao país “a igualdade na pobreza”, para usar a feliz expressão adotada por Fernando Henrique Cardoso para caracterizar a natureza do sistema econômico ali implantado. A rigor, portanto, não há representação política no sentido próprio do termo. Como vimos, a constituição do sistema representativo tem consumido grandes energias em seu próprio aprimoramento. Pretende-se, incessantemente, alcançar os melhores ní-

veis possíveis de autenticidade. Enquanto o sistema comunista (cooptativo) é, em seus variados aspectos, o pleno contrário disto.

4. Evolução dos partidários brasileiros do sistema cooptativo

A República brasileira revelou ser, intrinsecamente, autoritária. Além de longa prática dessa índole, formularam-se autoritarismos doutrinários muito bem-sucedidos, como o castilhismo que, depois de implantar-se no Rio Grande do Sul, viria a ser transposto ao plano nacional por Getúlio Vargas (1883-1954). A experiência sugere, entretanto, que, mesmo achando-se no poder, nenhuma das expressões desses autoritarismos transformou-se em totalitarismo. Este não tolera qualquer espécie de oposição e governa exclusivamente pelo terror, inexistindo sistema legal estável e muito menos Poder Judiciário independente. No período recente, os militares tardaram em afastar-se do governo, mas terminaram por efetivá-lo. Além disso, não se pode falar em *ditadura militar* nem mesmo da forma atenuada com que se costuma falar da ditadura do Estado Novo de Vargas, porquanto no primeiro caso existia uma oposição tolerada que se fazia representar no Parlamento e acabou mesmo valendo-se da instituição para escolher um presidente da República civil que não estava nos planos dos militares. Embora no Brasil se haja inquestionavelmente constituído Estado Patrimonial, espontaneamente não descambou no totalitarismo.

Parece ser de todo evidente que o totalitarismo, em nossa vida política, seja fenômeno de importação. Deve-se basicamente ao Partido Comunista e, quando a sua facção mais expressiva abandonou-o para adotar uma espécie de autoritarismo, o seu lugar veio a ser ocupado por um grupo de católicos. E mesmo quando a mencionada facção do PC aderiu francamente ao sistema democrático-representativo, aquele segmento do catolicismo, desta vez exercendo uma espécie de hegemonia no Partido dos Trabalhadores (PT), manteve as suas preferências pelo sistema cooptativo. A trajetória dos partidários brasileiros precisa ser melhor documentada e descrita, o que procurarei fazer nos tópicos subseqüentes. A organização do Partido Comunista, em 1922, não configurou, desde logo, o surgimento de uma proposta totalitária. Ao longo da década, não passou

de uma pequena seita. Além disto sofria influência do anarquismo e de outras doutrinas socialistas trazidas para o Brasil pelos emigrantes europeus. O bolchevismo da Revolução Russa chamava-se *maximalismo* e não era entendido como correspondendo a plataforma doutrinária definida. Os comunistas passam a ter audiência no país com a adesão de Luiz Carlos Prestes (1898-1990), originário do tenentismo e do positivismo rio-grandense. Esse fato insere o Partido Comunista na tradição republicana e transforma-o num apêndice do golpismo tenentista. Essa nova fase da organização iria terminar com a fracassada insurreição em alguns quartéis, em novembro de 1935, efetivada não diretamente pelo Partido Comunista mas pela Aliança Nacional Libertadora, que obedecia à liderança de Prestes. No clima da década de trinta o autoritarismo – e a correlata descrença nas instituições democráticas – era a nota dominante, de sorte que o próprio prestismo não se distinguia especialmente de movimentos como o do Clube 3 de outubro, dominado pelos militares, que, entre outras coisas, tomou posição contra a convocação da Assembléia Constituinte e o término do regime de exceção, alegando que “a ditadura foi estabelecida em nome da revolução para resolver determinados problemas fundamentais da coletividade nacional”, não sendo admissível mudar as regras do jogo enquanto o objetivo não fosse alcançado. Em discurso pronunciado no Recife, em novembro de 1945, Prestes negou que a ANL pretendesse instituir no país governo soviético ou ditadura do proletariado. É certo que nos seus documentos não há nenhuma proposição institucional clara, capaz de diferenciá-la do autoritarismo republicano, tudo indicando que se tivesse mantido ao nível dos tenentes, francos simpatizantes do castilhismo.

A opção totalitária dos comunistas seria fenômeno da década de cinquenta, achando-se estabelecida nos documentos do IV Congresso (novembro de 1954). Nesse conclave, o PC adere ao modelo institucional imposto pela União Soviética à Europa Oriental, denominado de *democracia popular*. Formalmente admitia-se pluralismo partidário, embora os *partidos* estivessem definidos como representação de segmentos sociais cuja sobrevivência admitia-se artesãos, pequenos camponeses, pequenos prestadores de serviços urbanos, todos constituídos mediante cooptação, não se tratando, deste modo, de representação política digna do nome.

Estabelecia-se, igualmente, a hegemonia do proletariado, eufemismo para denominar a feroz ditadura do Partido Comunista. A opção totalitária do PC durou pouco. Em consequência do suicídio de Vargas, em várias capitais, os seus partidários depredaram sedes de jornais comunistas, por entender que situavam-se entre os oposicionistas considerados responsáveis por aquele desfecho da crise. A liderança do PC promove sucessivamente uma virada de 180 graus, acabando por tornar-se uma espécie de apêndice do PTB de Goulart. O novo posicionamento seria formalizado no V Congresso (1960), onde repudia-se a tradição stalinista e apresenta-se profissão de fé democrática. Mesmo depois da derrubada de Goulart e da formação dos governos militares, o PC manteve essa linha, ratificando-a no VI Congresso (1967). Durante os governos militares o PC condenou a prática do terrorismo introduzida no país por certos grupos de oposição, atividade que, na verdade, só servia para reforçar os setores militares (denominados de *linha dura*) que aspiravam a uma ditadura sanguinária. Deve-lhe ser creditada a parte que lhe cabe no sucesso da abertura política, afinal consumada nos anos oitenta. O aprofundamento da ruptura com o totalitarismo dar-se-ia com a sua auto-dissolução, em 1991, em decorrência do fim do comunismo na Rússia e no Leste Europeu.

A evolução dos comunistas no sentido da adesão ao sistema representativo não foi acompanhada pelos diversos grupos que se consideravam de esquerda. Alguns chegaram mesmo a condenar o *revisionismo* de Gorbachov e enfrentar o ridículo de anunciar que a Albânia seria a nova *pátria do comunismo*. Desse conjunto o segmento que mantém certo peso na vida política do país seria aquele liderado pelos católicos.

A opção totalitária dos católicos experimenta dois ciclos plenamente estudados. O primeiro deles compreende dos fins dos anos cinquenta aos começos da década de sessenta, quando, sob inspiração do padre jesuíta Henrique de Lima Vaz, a organização de estudantes católicos denominada *Ação Popular* adere ao sistema político de partido único, passo que nem mesmo os comunistas, no ciclo totalitário a que nos referimos, tiveram a coragem de empreender. Denominou-se *Documento-Base* o texto da AP em que se configura essa opção totalitária, tendo sido publicado na revista *Verbum*, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

(PUC-RJ). Posteriormente, durante os governos militares, a AP transformou-se em Ação Popular Marxista-Leninista, tendo aderido ao terrorismo e ao chamado *foquismo* (criação de focos de luta armada em diferentes partes do território nacional). Análise circunstanciada da fundamentação doutrinária da mencionada opção desse grupo católico, da lavra de Lima Vaz, encontra-se no livro *Evolução do pensamento político brasileiro* (Belo Horizonte, Itatiaia, 1989), no capítulo oitavo. Com a abertura democrática, os remanescentes daquele grupo ingressaram em algumas das agremiações então criadas, tendo alguns deles, como o deputado José Genuíno, procurado afeiçoar-se ao sistema representativo, abandonando as crenças juvenis. Outros, entretanto, mantiveram-se fiéis à indisposição com a democracia.

A segunda variante da opção totalitária dos católicos situa-se no Partido dos Trabalhadores (PT), criado em decorrência da Reforma Partidária de 1980 e que tem tido amplo sucesso eleitoral. De todos os modos, ainda no documento *Diretrizes para o programa de governo-94*, o PT manifesta francamente sua preferência pelo sistema cooptativo. Essa agremiação ignora solenemente o fracasso da experiência soviética e se dispõe a reproduzi-la. Mantém-se fiel à estatização da economia, pretendendo igualmente a coletivização do campo. Diz expressamente aquele documento: “A vitória nas eleições de 1994 e sua experiência de governo consolidarão o PT como referência para os novos movimentos socialistas internacionais”. Ao mesmo tempo, “terá grande impacto sobretudo na América Latina, produzindo previsíveis modificações na correlação de forças no continente.” Na nova situação, o Brasil deverá não só suspender o pagamento da dívida externa como contra ela “desencadear forte movimento (...) dos países periféricos” e, subseqüentemente, impulsionar projetos de integração, certos de que “esses projetos não prosperarão nos marcos de economias neoliberais”.

O novo governo denominar-se-ia *democrático-popular*, como nos satélites soviéticos. A fim de que não parem dúvidas quanto ao significado da expressão, há uma adesão aberta ao modelo cubano. Acrescentando-se coisas desse tipo para bem configurar a preferência pelo sistema cooptativo: “O PT somente poderá governar se a política tiver sido socializada e se transformar na preocupação de dezenas de milhões de brasilei-

ros e se o poder não ficar confinado nas estruturas burocráticas de um Estado construído para consagrar a dominação burguesa na sociedade. Isso significa a necessidade de combinar ação institucional com a multiplicação de mecanismos de democracia direta; consultas, criação de organismos populares, controle social do Estado”. Está, portanto, traçado o programa da substituição do sistema representativo pelo sistema cooptativo.

